

HABEAS CORPUS Nº 538.066 - PB (2019/0301062-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : AECIO FLAVIO FARIAS DE BARROS FILHO
ADVOGADO : AÉCIO FLAVIO FARIAS DE BARROS FILHO - PB012864
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : ODAIR MONTEIRO CARDOSO JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ODAIR MONTEIRO CARDOSO JUNIOR, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça da Paraíba que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 80):

HABEAS CORPUS. PACIENTE PRONUNCIADO PELA PRÁTICA, EM TESE, DE HOMICÍDIO, NA FORMA TENTADA 1 . PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA SOB O ENFOQUE DA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. IMPETRAÇÃO VISANDO A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. 1. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. DESACOLHIMENTO. REFERÊNCIA, NA DECISÃO IMPUGNADA, DE ELEMENTOS SUFICIENTES DA MATERIALIDADE E DE INDÍCIOS DE AUTORIA. FUNDAMENTAÇÃO CAUTELAR IDÔNEA E SUFICIENTE. CUSTÓDIA FULCRADA NA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PROFUNDO TEMOR DA VÍTIMA QUE DEVERÁ SER OUVIDA NA SESSÃO PLENÁRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. FUNDAMENTAÇÃO CAUTELAR IDÔNEA E SUFICIENTE. 2. PLEITO ALTERNATIVO DE SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO PARA GARANTIR A INSTRUÇÃO CRIMINAL. 3. DENEGAÇÃO DA ORDEM E PREJUDICIALIDADE DO PLEITO ALTERNATIVO.

1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da Lei Penal.

– Quanto a decisão hostilizada, depreende-se estar suficientemente fundamentada, pois apresenta elementos da materialidade e indícios de autoria, tendo a magistrada “a quo” entendido a necessidade de garantir a conveniência da instrução criminal no Plenário do Júri, vetor plasmado no art. 312 do CPP, em razão da visível situação de medo da vítima de ser morta pelos amigos do denunciado.

– Denota-se que a prisão se mostra necessária por conveniência da instrução criminal, de modo que a vítima possa prestar seu depoimento no plenário do Júri sem temor a represálias. Ademais, ao contrário do alegado pelo impetrante, é de se ressaltar que o temor sentido pela vítima se mostra

Superior Tribunal de Justiça

verossímil e justificado, posto que, sem qualquer motivação aparente, foi alvejada por disparos de arma de fogo e sobreviveu a execução.

– DO STJ: “Havendo relatos de temor a represálias por parte da vítima sobrevivente, revela-se também presente a necessidade da prisão por conveniência da instrução criminal, já que nos processos de competência do tribunal do júri, diante da possibilidade de renovação dos depoimentos em plenário, a instrução não se encerra com a pronúncia”.

2. Por fim, presentes in casu os requisitos da segregação preventiva, circunscritos no art. 312 do Código de Processo Penal, com a manutenção da segregação cautelar amparada na conveniência da instrução criminal, descabe a fixação de medidas cautelares diversas da prisão.

– DO TJPB: “Demonstrada nos autos a necessidade da prisão, afasta-se a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP. A modificação promovida pela Lei nº 11.403/2011, ao trazer medidas cautelares diversas da prisão não garante direito subjetivo à sua aplicação. Se, devidamente analisados os pressupostos fáticos e comprovada a necessidade da prisão preventiva, não há o que se falar em ilegalidade”.

3. Ordem denegada, em harmonia com o parecer ministerial, julgando a prejudicialidade do pleito alternativo de substituição da prisão por medidas cautelares diversas.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, bem como pronunciado, pela prática do crime tipificado no art. 121, *caput*, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal.

O impetrante argumenta que não foi apontado elemento concreto para negar ao paciente o direito de recorrer da sentença de pronúncia em liberdade, pois o temor subjetivo da vítima não é elemento idôneo para justificar a custódia cautelar. Sustenta que a prisão é medida desproporcional em face de futura pena a ser aplicada ao final do processo.

Requer a concessão da ordem para revogação da prisão preventiva, com a aplicação das medidas cautelares do art. 319 do CPP.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

No que tange ao direito de recorrer em liberdade, assim constou da sentença de pronúncia (fl. 41):

Superior Tribunal de Justiça

[...] O réu se encontra preso desde o fato e assim deve permanecer como garantia da instrução criminal que se repete no Tribunal do Júri e **nesta audiência, foi visível a situação da vítima, com muito medo de ser morta por amigos do denunciado, e solto poderá dificultar ou impedir a realização da instrução no Plenário do Júri, razão pela qual, não concedo ao mesmo o direito de aguardar, em liberdade o seu julgamento.** Recomende-se no Presídio onde se encontra. Preclusa a decisão, cumpra-se o disposto no art. 422, do CPP. Devolva-se o réu ao Presídio onde se encontra. [...].

Como se vê, a sentença apresenta fundamento que nesse juízo inicial considera-se válido para manutenção da prisão cautelar, em razão do temor da vítima sobrevivente em ser morta pelos amigos do paciente, bem como o receio de interferir na colheita de provas.

Consigne-se que esta Corte tem entendido pela existência de fundamentos concretos quando a prisão se deu em razão do temor da vítima e/ou testemunhas do processo. Nesse sentido: RHC 85.250/BA, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 08/04/2019; RHC 102.486/TO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 04/04/2019; AgRg no HC 471.979/ES, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 01/02/2019.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

A desproporcionalidade do regime em que cumprida a prisão não pode ser aferida antes da dosimetria da pena pela sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação dessa análise. A esse respeito: AgRg no RHC 77.138/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017 e HC 360.342/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se informações, especialmente acerca do andamento da ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

